



Anais da VIII Semana da Diversidade Humana (ISSN 2675 – 1127) — 09 a 11 de outubro de 2023 — Centro Universitário São Lucas — Porto Velho

## **Práticas Pedagógicas Emancipadoras: Uma Estratégia Para O Protagonismo De Crianças Negras Nas Escolas Públicas De Porto Velho**

Rosangela Aparecida Hilário, Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde

[rosangela.hilario@unir.br](mailto:rosangela.hilario@unir.br)

Arthur Paku Ottolini Balbani, London School of Economics and Political Science

[abalbani@tjsp.jus.br](mailto:abalbani@tjsp.jus.br)

Eduarda Francelino Vieira, Grupo de Pesquisa Ativista Audre Lorde

[eduardafrancelino18@gmail.com](mailto:eduardafrancelino18@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO:**

A proposta do presente texto é mapear a articulação existente entre a ausência do poder público e de políticas públicas em territórios periféricos racializados e as ações de perpetuação da necropolítica que levam esses territórios a estarem entre os mais violentos das cidades. A proposta da organização do texto foi esquematizar o quanto as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas públicas de Porto Velho contribuem para promover o combate ao racismo em todas as suas manifestações dando sentido de pertença as crianças negras da educação infantil ao ensino médio. Para tanto, nos utilizaremos dos levantamentos que cruzaram os dados do 17º Anuário de Segurança Pública/Fórum Brasileiro de Segurança Pública que apresenta dados preocupantes relacionadas a morte intencional entre os homens negros baixou de 15 anos para 12 anos, ainda na pré-adolescência. Quando se cruzam esses dados com aqueles de acesso a equipamentos e políticas públicas, como por exemplo o Índice de Desenvolvimento Humano/IDH, evasão e promoção escolar e IDEB, o que se percebe é que os territórios as margens destes acessos são aqueles mais violentos e com maior percentual de pessoas negras ( vale ratificar que entre as cinquenta cidades mais letais para a população negra, quatro são capitais e se encontram nas Regiões Norte e Nordeste), cobertura vacinal e saneamento básico, ou seja, ações e políticas que trazem bem estar social estão com baixa ou nenhuma cobertura pelo poder público. Seria essa negligência parte de um processo de necropolítica? Com quais estratégias as pessoas destes lugares contam ou podem contar para resistir e avançar? O que pode ser feito imediatamente a curto, médio e longo prazo para

proteger ao povo preto e periférico, sobretudo a juventude negra? É sobre esses questionamentos que esse projeto em andamento se propõe a emergir. **OBJETIVO:** O objetivo deste estudo foi o de cruzar dados disponíveis e disponibilizados pelas agências de coleta e análise de dados federais com vistas a corroborar a ideia de que 01- os territórios as margens são violentos como parte da necropolítica que elimina pessoas por ausência ou omissão e 02 - todos os agentes públicos, daqueles das forças de segurança a prefeitos, têm necessidade de cursos de letramento racial que lhes permita entender que direitos não são privilégios transmitidos de geração a geração pela cor da pele: são condicionantes de acesso a cidadania. **MATERIAL E METODOLOGIA:** O estudo adotou uma abordagem de análise de impacto das estatísticas cruzadas com um processo de escuta de mulheres negras moradoras destes territórios e, em grande medida, responsáveis pelo bem-estar social de suas famílias sem a proteção e cuidado do Estado brasileiro. em revisão da literatura, sendo orientado pela metodologia etnográfica. A pesquisa foi conduzida por meio da análise dos dados de morte violenta provocada, feminicídio e homicídios contidas no 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2023, IDH | United Nations Development Programme (undp.org) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2019/2021. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O resultado do cruzamento de dados como Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Anuário da Segurança Pública e cobertura de vagas em creche dos 10 municípios e quatro capitais mais violentas do país evidenciou que a articulação entre a gestão pública comandada pela extrema direita, racismo, machismo e sexismo têm tornado a vida em territórios racializados ainda mais difíceis. As famílias, em grande medida lideradas por mulheres negras, com baixa escolarização e sem profissão definida (vivendo de serviços que aparecem por demanda) têm de enfrentar as ausências do poder público em áreas prioritárias como saúde, assistência social e educação. **CONCLUSÃO:** Não se pode mais intuir respostas desenvolvidas por meio de pesquisadores e pesquisadoras que não vão aos espaços e nem se propõe a escuta das pessoas apartadas dos direitos básicos para assunção a cidadania, sobretudo, as pessoas negras: se resistiram a dureza dos dias pós (des) abolição, se organizaram em associações muito antes das ondas do feminismo branco, inspiraram a criação do SUS para garantir tratamento aos filhos e afetos que estavam morrendo de AIDS, lutaram contra a ditadura sem receber uma única linha de reconhecimento e mais recentemente, fizeram a resistência em terreiros, escolas de samba, associações de moradores e até em igrejas neopentecostais contra a extrema direita e marcharam do jeito que

foi possível para preservar a democracia e o pouco que conquistaram com governos progressistas. Necessário se faz recuperar lhes o direito a cidadania plena e abundante.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Racismo; Segurança Pública; Violência; Necropolítica